

Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família *

Empowerment, work and care: women, family grant program

CÁSSIA MARIA CARLOTO **

SILVANA APARECIDA MARIANO ***



RESUMO – A proposta deste texto é comentar questões relativas à autonomia e empoderamento das mulheres tendo como base uma pesquisa, realizada em 2010, intitulada “Participação das mulheres em programas de transferência condicionada de renda no Brasil: avanços e contradições para um projeto feminista de empoderamento”. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada em Londrina/PR e Uberlândia/MG, municípios de grande porte, com mulheres moradoras da zona urbana. Foram entrevistadas, 102 mulheres titulares do Programa Bolsa Família (PBF), sendo 51 em Londrina e 51 em Uberlândia. Com o intuito de aprofundamento, realizamos também três grupos focais com as mulheres titulares do programa.

Palavras-chave – Programa Bolsa Família. Gênero e políticas públicas. Centralidade na mulher-mãe. Empoderamento. Autonomia.

ABSTRACT – The purpose of this paper is to comment on issues relating to autonomy and empowerment of women based on a survey conducted in 2010, entitled “Participation of women in programs of conditional cash transfer in Brazil: advances and contradictions to a feminist project of empowerment”. The research, qualitative, was carried out in Londrina/PR and Uberlândia/MG, in large cities, with women living in the urban area. Were interviewed, 102 women holders of the Family Grant Program (PBF), 51 and 51 in London in Uberlândia. With the same intention of deepening, also conducted three focus groups with women holding the program.

Keywords – Family Grant Program. Gender and public policy. Centrality in the female parent. Empowerment. Autonomy.

* Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio oferecido à pesquisa.

** Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – PR/Brasil. E-mail: cmcarloto@gmail.com.

*** Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – PR/Brasil. E-mail: silvanamariano@yahoo.com.br.
Submetido em: outubro/2012. Aprovado em: dezembro/2012.

O Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda que atende cerca de 13 milhões de famílias. O valor do benefício recebido varia de R\$ 32,00 a R\$ 242,00, a depender da renda familiar e do número e idade das(os) filhas(os). O programa coloca como objetivos: reduzir a pobreza e a extrema pobreza; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de Saúde, de Educação e de Assistência; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Ao propor estes objetivos o programa não pode ignorar a relação entre pobreza e gênero e os limites à autonomia econômica das mulheres.

Conforme o Censo 2010 (IBGE), as mulheres são a maioria da população em situação de extrema pobreza, ou seja, apresentam renda de até R\$ 70,00 mensais, representando 50,5% do total, ou seja, cerca de 8,2 milhões de mulheres em todo o Brasil. As mulheres são maioria em quase todas as regiões, com destaque para a região Sudeste com 52,8%, conforme o Censo 2010. Há um predomínio das mulheres em situação de extrema pobreza na zona urbana. Como já demonstrado em outras pesquisas, os resultados e impactos do PBF na vida das mulheres são diferentes conforme a região do país e a área de domicílio.

Em diversos artigos (CARLOTO; SILVANO, 2008, p. 153-168.), temos comentado e analisado a instrumentalização do papel das mulheres na chamada esfera privada por intermédio dos programas de transferência de renda com foco na família. Essa instrumentalização se dá fundamentalmente a partir da atuação das mulheres na esfera dos cuidados intrafamiliares, reforçando suas responsabilidades no âmbito privado doméstico. Essas responsabilidades, aliadas a uma infraestrutura precária para socialização dos cuidados e ao tipo de qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho, contribuem para aumentar as dificuldades das mulheres em busca de sua autonomia econômica a partir do trabalho assalariado e, portanto, dificultam suas chances de sair da pobreza extrema e da condição de beneficiária permanente do PBF.

Por outro lado, a imposição de condicionalidades nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social pode gerar, para as mulheres em situação de extrema pobreza, responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas à reprodução social, impactando o tempo e o trabalho das mulheres, além de reforçar papéis tradicionais na esfera dos cuidados.

A seguir discutiremos essas questões a partir de dados coletados em nossa pesquisa.

Trabalho, autonomia e empoderamento

Um dos objetivos da pesquisa foi compreender as formas de percepção das mulheres beneficiárias dos programas de transferência de renda acerca das noções de autonomia e empoderamento, levando-se em conta que são termos muito usados por técnicos que operacionalizam o PBF, particularmente assistentes sociais.

Conforme Oakley e Clayton (2003, p. 8), o termo “empoderamento”

tornou-se comum, adequando às perspectivas de desenvolvimento e combate à pobreza e às diversas estratégias de diversos atores, desde as Organizações Comunitárias de Base atuando em campo, até instituições como o Banco Mundial e as maiores agências bilaterais e multilaterais. Quase do nada, o termo se converteu em “lugar-comum” divorciado de uma real compreensão, assim como a literatura que se seguiu.

O documento comenta também que o poder, formal, tradicional ou informal, está no coração de qualquer processo de transformação e é a dinâmica fundamental que determina as relações sociais e econômicas.

Para Carloto e Mariano (2008), em sua origem, nos movimentos sociais feministas, o termo “empoderamento” era usado para chamar a atenção para as relações de poder e do poder como relação social. As relações de poder podem tanto significar dominação, como também desafio e resistência. O termo vincula-se, conforme Leon (2000), a uma nova noção de poder, baseada em relações sociais mais democráticas e de poder compartilhado.

É um poder em que as relações entre homens e mulheres permitem integrar o micro e o macro, o privado e o público, o produtivo e o reprodutivo, o local e o global. Leon (2000) chama a atenção para o fato de que a sensação de empoderamento pode ser uma mera ilusão se não conectada a um contexto e relacionada com ações coletivas dentro de um processo político. A autora reforça a importância de reconhecer as percepções individuais, mas não chega ao extremo de reduzir o empoderamento a uma psicologia cognitiva que ignora o histórico e o político. Assinala que o empoderamento inclui tanto a mudança individual como a ação coletiva. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, faz-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes.

Leon (2000), ao discutir o empoderamento das mulheres, faz uma distinção entre “poder sobre”, “poder para” e “poder entre”. A autora usa tais diferenciações para examinar tanto o contexto no qual as mulheres “desempoderadas” buscam ganhar reconhecimento, como para examinar a natureza crítica do desenvolvimento do poder interno, o qual ainda pode ser conquistado pelas mulheres pobres se estas se organizam e desafiam as estruturas existentes (OAKLEY; CLAYTON, 2003).

Moser (1991 apud OAKLEY; CLAYTON, 2003, p. 11) comenta que enquanto o enfoque sobre o empoderamento reconhece a importância do aumento de poder das mulheres, tende a identificar o poder menos em termos de dominação sobre outros e mais em termos da capacidade das mulheres de adquirir confiança em si mesma e fazer escolhas em sua vida e de influenciar os rumos, as mudanças, por meio da capacidade de controlar os recursos materiais e não materiais.

O exercício da autonomia está intrinsecamente relacionado ao poder. Ambos só podem ser exercidos quando as condições individuais, coletivas, sociais e econômicas permitem fazer e concretizar escolhas.

De nossa perspectiva, interessa-nos destacarmos a associação necessária entre o conceito de empoderamento e a crítica aos essencialismos, como forma de se atingir as condições necessárias para a redução das desigualdades de gênero. De acordo com Silvana Mariano (2008, p. 162),

no que se refere à prática política dos agentes, é razoável supor que nossa perspectiva não é a única forma de conceber uma noção de empoderamento. Assim como “gênero”, “empoderamento” também é um conceito que pode buscar ancoragem nos mais variados referenciais teóricos. Portanto, empoderamento pode ser combinado também com teorias essencialistas que naturalizam as diferenças entre homens e mulheres e entre masculino e feminino. Nesse eventual arranjo, é possível buscar modificações nas condições de hierarquia entre os gêneros sem, contudo, rejeitar os sistemas dicotômicos de análise e a perspectiva essencialista.

Conforme já assinalado, empoderamento tornou-se um tema muito utilizado no desenvolvimento das ações vinculadas ao PBF. Quisemos conhecer como as mulheres entendiam e que poder gostariam de ter.

Assim, definimos como tema para o grupo focal: o que é ser mulher com autonomia, liberdade e poder para tomar decisões?

Nos três grupos focais realizados, a associação imediata que as participantes fizeram de autonomia e poder é com trabalho. Para as mulheres dos grupos, o que possibilita ter autonomia e poder sobre suas vidas é ter um trabalho. Ter um trabalho está relacionado a contar com uma renda e ter independência financeira, mas também para elas, simbolicamente, confere dignidade, respeito, realização pessoal, autoestima. Ter um trabalho pode possibilitar mais poder de negociação na casa, mais autoridade. Relatam que se sentem mais valorizadas pelos outros: “Aí eu arrumei um serviço para mim, as pessoas começaram a me valorizar”.

Para as mulheres, ter autonomia e poder significa também ter mais liberdade, independência, poder viver por conta própria, não depender de ninguém, principalmente do marido. Há um sentimento de mais poder sobre a própria vida, um orgulho de não depender de ninguém, como podemos perceber na seguinte fala de uma das mulheres que decidiu enfrentar a autoridade do marido:

Aí eu comecei a trabalhar, comecei a comprar coisas para mim, comecei a tratar dos meus filhos, comia do bom e do melhor, carne todo dia, isso e aquilo. Quer saber, então era ele de lá, e eu de cá, se eu quisesse alguma coisa, eu tinha que comprar, então eu comecei me sentir dependente de mim, né?

Araújo e Scalon (2005, p. 19) comentam brevemente que o significado do trabalho na sociedade contemporânea pode ser pensado por três ângulos, não necessariamente antagônicos:

Como fonte de realização pessoal que pode conferir status e constituir elemento de afirmação econômica; em sua dimensão instrumental, como elemento de apropriação da autonomia dos indivíduos, na qual a realização torna-se secundária e a necessidade econômica, imperativa, sendo o tempo dedicado ao trabalho ampliado na proporção inversa às possibilidades de ganho para a realização pessoal; e, por fim, como elemento que permanece central na constituição das identidades dos indivíduos.

O último elemento do argumento de Araújo e Scalon (2005, p. 19) nos lembram da fala de uma das mulheres, que afirmou que o trabalho a faz sentir-se “mais mulher”.

Aqui autonomia refere-se à autonomia econômica. Para Somma (2010, p. 148), a partir da perspectiva de gênero considera-se que o acesso à renda própria confere às mulheres maior poder de decisão e disposição dos recursos econômicos na casa em que vivem. Para a autora, a renda advinda de trabalho assalariado é um importante indicador de autonomia das mulheres. Diferentes autoras, como Soares (2005), destacam que a autonomia econômica não é o único fator que favorece o rompimento com a dependência e a subordinação, mas é um dos mais decisivos.

Como podemos observar na Tabela 1, pouco mais da metade das mulheres entrevistadas nos dois municípios estavam trabalhando quando da realização da coleta de dados.

Tabela 1: Frequência de trabalho das respondentes – Londrina/PR e Uberlândia/MG

	Londrina	Uberlândia
Trabalha	%	%
Sim	51	61
Não	49	39
Total	100	100

Como podemos observar na Tabela 2, em Londrina um número significativo de mulheres, 76,9%, recebia até ½ salário mínimo, enquanto em Uberlândia a porcentagem foi de 42%.

Tabela 2: Renda do trabalho atual das respondentes – Londrina/PR e Uberlândia/MG

	Londrina	Uberlândia
Renda do trabalho	%	%
Até ½ salário mínimo (s.m.)	76,9	42
Mais de ½ até 1 s.m.	23,1	42
Mais de 1 s.m. até 2 s.m.	–	16
Total	100	100

A baixa renda está vinculada, como se sabe, ao tipo de ocupação, considerada desqualificada, exercida pelas mulheres pobres no mercado de trabalho e também com as marcas da precarização, como podemos constatar na Tabela 3.

Tabela 3: Ocupação das respondentes – Londrina/PR e Uberlândia/MG

	Londrina	Uberlândia
Ocupação	nº	nº
Diarista	8	17
Serviços gerais	1	4
Vendedora (informal)	1	1
Catadora de material reciclável	12	1
Manicure/cabeleireira	1	1
Balconista	1	–
Salgadeira	1	–
Artesã	1	–
Recicladora	1	–
Empregada domestica	–	2
Babá	–	1
Operária	–	2
Aux. de produção/confecção	–	1
Bordadeira	–	1
Protética	–	1
Ajudante de campo/lavoura de milho	–	1
Total	27	33

OBS.: Ao invés de porcentagem, nesta tabela usamos números inteiros para melhor visualizar o número de mulheres em cada ocupação.

A marca da precarização também é sinalizada pelo baixo número de mulheres com carteira assinada. Apenas uma mulher, conforme vemos na Tabela 4.

Tabela 4: Frequência de registro em carteira de trabalho e contribuição social das respondentes

	Londrina		Uberlândia	
	Registro em carteira	Contribuição social	Registro em carteira	Contribuição social
Sim	1	1	10	12
Não	25	50	21	36
Em branco	–	–	–	3
Total	26	51	31	51

Um dos fatores que conservam essas mulheres em trabalhos informais e precários é a situação de que as ocupações no ramo de serviços exigem um mínimo de conhecimento de informática, que elas não têm. Uma fala muito reiterada é a vontade de fazer um curso de informática para se qualificar para o mercado de trabalho. De maneira geral, o acesso a esses cursos não é fácil pela falta de oferta próxima ao local de moradia, pelo custo e pela dificuldade de sair de casa, seja em razão das tarefas intrafamiliares, seja porque o marido impede.

Outro fator que elas apresentam, ligado à qualificação, é o pouco estudo. Mesmo que algumas, como já vimos, tenham concluído o ensino fundamental, isso é insuficiente para as exigências do mercado de trabalho. Mesmo as que concluíram o ensino médio têm dificuldades de colocação.

A questão do racismo também foi relatada como fator excludente do mercado de trabalho. Segundo uma das falas “[...] as pessoas preferem dar emprego para a pessoa branca e não para a negra, prefere dar ajuda para o branco, a gente não concorda, mas infelizmente ainda é uma coisa muito feia, que ainda existe”.

A exigência de experiência profissional é outro fator discutido pelas mulheres. Como já vimos, a experiência de trabalhos dessas mulheres, em Uberlândia, é relacionada ao serviço doméstico: empregadas e diaristas, principalmente.

É interessante assinalar que várias mulheres relataram experiências de humilhação em trabalhos como empregada doméstica. Nesse caso, receber o benefício do Programa Bolsa Família contribui para que não precisem se submeter a qualquer tipo de trabalho. Assim, algumas mulheres relatam que preferem receber o benefício a trabalhar, mas não porque é mais “cômodo”, mas sim porque não querem mais passar por situações de humilhação e constrangimento. Preferem o benefício ao trabalho, pois a opção para o trabalho é em ocupações precárias, de baixos salários e sem proteção trabalhista.

Outro fator muito reiterado é o impedimento e medo do marido, relacionado à violência doméstica; vejamos os relatos das participantes do grupo focal:

Medo do marido, tem mulher que tem marido violento, às vezes não deixa a gente fazer coisas, é violento em casa, violento com os filhos da gente, vive maltratando, ameaçando, você não pode fazer nada por causa da ameaça deles; então tem muitas mulheres que não faz coisas por ameaça.

As mulheres têm autonomia para lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos. Acho que é a única coisa que eu tenho liberdade, mal comecei a trabalhar, tive que sair do serviço, o marido mandou sair, aí a outra liberdade é lavar as cuecas dele, fazer a comida e cuidar da casa, só isso.

As falas que se seguiram a este comentário reiteram um sentimento de servidão e clausura domiciliar.

*Liberdade para esquentar a barriga no fogão.
Escrava do lar, escrava do marido, escrava de tudo.*

Ao mesmo tempo, comentam que muitas mulheres têm enfrentado os maridos e se separado:

Tem mulheres que mesmo o marido ameaçando, elas vão em frente, elas vêm à busca, elas metem a boca, separa, cuida dos filhos, porque hoje em dia o que mais têm é mulher separada do marido que cuida dos filhos.

Aparecem falas contraditórias sobre a relação com o poder de mando do marido nos seguintes termos: “não faço porque não quero” – como se fosse uma escolha da mulher. Podemos interpretar que há uma preocupação em não passar uma imagem de mulher que se submete e obedece aos mandos do marido, que há um conflito interno ao qual se busca racionalizar de forma a mostrar que se está no comando, que há um poder de decisão baseado numa escolha pessoal.

Os cuidados intrafamiliares e os limites à autonomia econômica

Tradicionalmente temos tratado dos cuidados exercidos pelas mulheres no ambiente intrafamiliar como sendo da esfera reprodutiva, como aquele trabalho necessário à reprodução da força de trabalho no âmbito principalmente do trabalho assalariado.

Como mostra Aguirre (2009), quando se desagregam as atividades que as mulheres realizam para a família, pode-se ver que implicância essas atividades apresentam para as relações de gênero, especialmente o direito das mulheres ao trabalho em condições de igualdade. Mas, como destaca Batthyany (2009), apesar de existir traços comuns a todas as mulheres que têm responsabilidades familiares e de cuidados, estas não são um grupo homogêneo, o grau de responsabilidades depende da classe social, da idade, do estado civil e do lugar de residência.

Batthyany (2009) chama a atenção para o fato de o déficit de cuidados ser maior nas famílias cujas mães trabalhadoras – casadas ou solteiras – não recebem ajuda suficiente de seus pares ou familiares. A nosso ver, isso se agudiza frente à ausência de políticas públicas, principalmente no cuidado das crianças, idosos e doentes.

Nos marcos do debate sobre trabalho produtivo e reprodutivo, a aparente dualidade ou divisão da sociedade em duas esferas, uma pública e outra doméstica, marca uma rígida dualidade, segundo a qual “somente o mundo público desfruta de reconhecimento social; a atividade ou participação denominada esfera privada, destinada socialmente às mulheres, fica relegada ao limbo do invisível, o que lhe nega toda possibilidade de valorização social” (CARRASCO, 2003, p. 17).

As atividades não valorizadas, para Carrasco (2003, p. 17), incorporam uma forte carga subjetiva e são as que estão comprometidas com a sustentabilidade da vida humana. São tarefas que dão apoio não só às pessoas dependentes por motivos de idade e saúde, mas também à grande maioria dos homens adultos. São atividades indispensáveis para a estabilidade física e emocional dos membros do lar, além dos benefícios econômicos.

Elas incluem a alimentação, o afeto e, por vezes aspectos pouco agradáveis, repetitivos e esgotadores, mas absolutamente necessário para o bem-estar das pessoas. Implicam atividades complexas de gestão e organização, necessárias para o funcionamento diário do lar e de seus moradores... A magnitude e a responsabilidade dessa atividade faz (sic) pensar na existência de uma “mão invisível” muito mais poderosa que a de Adam Smith, que regula a vida cotidiana e permite a continuidade do funcionamento do mundo (CARRASCO, 2003, p. 17).

Carrasco (2003, p. 17) também aborda a questão do tempo gasto pelas mulheres nas atividades não mercadorizáveis, ou trabalho de cuidados domésticos familiares. Chama a atenção para uma característica desse trabalho que é não ser linear, pois segue o ciclo da vida, intensificando-se quando se trata de cuidar de pessoas dependentes: crianças, pessoas idosas ou doentes. Outra característica lembrada pela autora é que os tempos de cuidados diretos são mais rígidos no sentido de que não podem ser agrupados e muitos deles exigem horários e jornadas bastante fixos e, em consequência, apresentam maiores dificuldades de combinação com outras atividades. É só nos lembrarmos dos horários das unidades básicas de saúde, da escola das crianças, que temos uma ilustração concreta das dificuldades das mulheres que trabalham fora do lar.

O trabalho doméstico e as atividades de cuidado podem incluir atividades de ajuda a outros familiares e não parentes que não moram no domicílio e que constituem redes de intercâmbio e solidariedade entre os membros das famílias e entre estas e outros integrantes da vizinhança.

Como verificamos em nossa pesquisa, há um enorme déficit por parte do Estado no apoio e socialização dos cuidados, particularmente queremos destacar o que se refere ao cuidado das crianças.

Iniciamos nossas considerações apontando os resultados relativos ao acesso à educação infantil das crianças, filhos e filhas das titulares entrevistadas. A Tabela 5 apresenta o índice de acesso.

Tabela 5: Acesso à educação infantil (creche) – Londrina/PR e Uberlândia/MG

Acesso	Total (%)	Londrina (%)	Uberlândia (%)
Sim	30,2	36	22,2
Não	58,1	48	72,2
Sim e Não*	11,7	16	5,6
Total	100	100	100

* “Sim e Não” refere-se a famílias que não conseguiram vaga em creche para todas as crianças pequenas.

Apesar do acesso à educação infantil ser um pouco maior em Londrina, em comparação com Uberlândia, conforme Tabela 5, ao mesmo tempo as mulheres londrinenses indicam com mais frequência a “falta de vaga” como explicação para a ausência da(s) criança(s) dos serviços de educação infantil, como se verifica na Tabela 6. Em termos proporcionais, em Uberlândia há maior disposição das mulheres entrevistadas para a dedicação aos cuidados próprios às crianças e para o uso de outras estratégias, geralmente envolvendo mulheres das redes familiares, em substituição aos serviços de educação infantil. Tais diferenças podem ocorrer em razão de características culturais de maior ou menor reforço das funções femininas voltadas para a reprodução social, bem como em razão de maior ou menor consolidação da noção de direito da criança à educação infantil.

Tabela 6: Razões pelas quais as crianças se encontram fora de instituições de educação infantil – Londrina/PR e Uberlândia/MG

Razões	Londrina (%)	Uberlândia (%)
Falta de vaga	62,5	42,9
Não procurou/preferência por cuidados pessoais	25,0	35,7
Filhos com problemas de saúde	12,5	0
Outros (uso de redes familiares/outras mulheres; não confia na qualidade do serviço; não está trabalhando e não acha justo tirar vaga de quem trabalha)	0	21,4
TOTAL	100	100

OBS.: A pergunta apresentada no questionário era aberta, o que dava à entrevistada a possibilidade de dar respostas espontâneas.

Das respostas das entrevistadas com crianças sem atendimento em instituição de educação infantil, em Uberlândia 42,9% referem-se à falta de vaga, motivo este apresentado em Londrina por 62,5% das entrevistadas. Nos dois municípios uma quantidade significativa de respostas indicam a não procura pelo serviço de educação infantil, assim como a preferência das mulheres por cuidarem diretamente das crianças, sendo 25% em Londrina e 35,7% em Uberlândia.

A ausência de creches e escolas em período integral é um dos argumentos relatados para a dificuldade de participarem de cursos técnicos e de conclusão do ensino fundamental e médio. Segundo Lena Lavinias e Bárbara Cobo (2010, p. 11), a oferta insuficiente de creches é um grande impeditivo de participação das mulheres mais pobres no mercado de trabalho. Em pesquisa realizada pelas autoras, as mulheres concordam que devem trabalhar só meio período para poder cuidar da casa. De acordo com as autoras (2010, p. 11), "a acomodação entre trabalho remunerado e tarefas domésticas ainda se faz no plano privado e individual, não com políticas públicas, mas a partir de uma inserção parcial das mulheres pobres no mercado de trabalho".

Outros motivos citados para a ausência das crianças das instituições de educação infantil foram: criança que tem os pais como cuidadores; gosta de ficar com a criança; tem medo de deixar a filha em creches; não está trabalhando e não acha justo tirar a vaga de quem trabalha; filhos com problemas de saúde. Pela proporção de mulheres que não revelam terem demandado os serviços de educação infantil, podemos inferir que essas beneficiárias não veem os Centros de Educação Infantil (CEIs) como um espaço de socialização dos cuidados em que se pode confiar, como também não os veem como direito das crianças. Por outro lado, a gestão dos serviços de educação infantil geralmente contribui para reforçar a ideia de que creche é para mães que trabalham, estabelecendo assim um círculo vicioso que não propicia condições para que as mulheres possam trabalhar, à medida que só pode por criança na creche quem trabalha; porém, como procurar emprego se não se tem acesso a serviços de atenção às crianças? Ao mesmo tempo, essa concepção é funcional em uma realidade na qual não há equipamentos suficientes, nem priorização política para investir na educação infantil.

Há um duplo aspecto nessa questão, um de ordem cultural e outro de ordem econômica que se complementam; por um lado, prevalece a ideia de que são as mulheres que devem cuidar dos filhos pequenos; por outro lado, apoiados nessa concepção, utiliza-se o argumento da falta de recursos financeiros como motivo para não se investir em políticas públicas voltadas às classe populares, que não têm como acessar os equipamentos privados/particulares.

Araújo e Scalon (2005, p. 50) comentam, a partir de uma pesquisa sobre gênero, família e trabalho, que ainda predomina entre as mulheres, e podemos dizer também entre os profissionais que trabalham na educação infantil, uma atitude marcadamente tradicional em relação ao cuidado, centrada na responsabilidade feminina. As autoras constatarem em sua pesquisa que ainda predomina a ideia de que "a melhor situação para uma criança de até dois anos é ficar em casa com a mãe. Nesse sentido, é possível falar na permanência de uma forte associação entre o afeto materno e cuidado direto. Ser boa mãe é, antes de tudo, cuidar dos filhos".

As respostas apontam também para a qualidade dos serviços voltados às classes populares, já que as entrevistadas de nossa pesquisa não confiam nestes. Outro elemento de destaque, relatado por duas participantes de um grupo focal, relaciona-se aos cuidados de crianças com necessidades especiais. Não há equipamentos ou serviços especializados para essas crianças. Neste caso também há necessidade de serviços que possam facilitar o trabalho que as mães têm de locomoção e transporte dessas crianças. As mulheres com filhos com algum tipo de deficiência física ou mental gastam um tempo enorme para levar e buscar os filhos, quando conseguem atendimento especializado, principalmente nas grandes cidades, pois além de insuficientes os serviços ficam muito longe do lugar de moradia, como relata uma das participantes do grupo focal.

Entre as mulheres entrevistadas em Londrina e em Uberlândia, com crianças em idade de educação infantil e sem matrícula em um serviço desta natureza, mais de 80% são elas as próprias

responsáveis pelo cuidado diário das crianças. Nos demais casos, outras mulheres da rede de parentesco são mobilizadas para esse cuidado.

Também tomamos conhecimento de casos, durante a pesquisa de campo, de mulheres beneficiárias do PBF que assumem o cuidado dos filhos de alguma vizinha, em troca de um determinado valor. Diferentemente do que ocorre com essa prestação de serviço em outras classes sociais, entre as mulheres pobres geralmente a cuidadora fica em sua própria casa e ali se dedica à criança ao longo do dia.

A sobrecarga com esses cuidados é agravada também pela falta de apoio dos pais das crianças, tanto financeiramente quanto na divisão dos cuidados diários. Na tabela 3 podemos verificar a predominância, entre os tipos de grupo doméstico, de beneficiárias com filhos(as) sem companheiro/marido.

O fato de o PBF privilegiar a titularidade feminina e condicionar o recebimento do benefício à presença das crianças na escola, além da atenção básica à saúde, aumenta a responsabilidade das mulheres com os filhos. No que se refere ao aumento de responsabilidade após a inclusão no Bolsa Família, na Tabela 7 podemos observar que em Londrina 37,3% disseram que sim e em Uberlândia mais da metade, 68,6%.

Tabela 7: Aumento ou não de responsabilidade depois da inclusão no Programa Bolsa Família, segundo a escolaridade da respondente – Londrina/PR e Uberlândia/MG

Aumento de responsabilidade	Londrina (%)	Uberlândia (%)
Sim	37,3	68,6
Não	62,7	31,4
Total	100	100

Para verificar se há um aumento de responsabilidades relativas à esfera intrafamiliar, após a inclusão no programa, perguntamos às respondentes quais são as responsabilidades e/ou obrigações que elas sentem em razão da adesão ao programa.

Tabela 8: Responsabilidades ampliadas identificadas pelas respondentes, depois da inclusão no Programa Bolsa Família – Londrina/PR e Uberlândia/MG

Responsabilidades	Londrina (%)	Uberlândia (%)
Acompanhamento escolar	26,3	34,3
Compras para as crianças	15,8	22,9
Acompanhamento de saúde	10,5	2,9
Cumprimento das condicionalidades	15,8	14,3
Cuidado dos filhos/investir no futuro dos filhos	15,8	11,4
Administração dos benefícios	10,5	0,0
Outros (fatores relacionados à chefia familiar feminina)	5,3	5,7
Não respondeu	5,6	8,6
Total	100	100

Nos dois municípios o aumento de responsabilidades está diretamente relacionado aos cuidados com as crianças, com destaque para o acompanhamento escolar. É promissor, futuramente, analisarmos

os dados destas perguntas vinculadas ao aumento ou não de responsabilidades, cruzando-os com o dado sobre ter ou não crianças em idade escolar. Considerando o rol de respostas na Tabela 8, deduzimos que muitas das entrevistadas que declaram não enfrentar um aumento de responsabilidades diante do ingresso no PBF são mulheres que vivem em grupos domésticos sem crianças.

A ênfase das entrevistadas quanto ao acompanhamento escolar deve-se ao fato de que o monitoramento do programa sobre esta condicionalidade está sendo executado com mais eficiência, enquanto o acompanhamento do cumprimento das exigências relacionadas à saúde é mais recente. Com pequenas variações, no geral as responsabilidades identificadas pelas entrevistadas dizem respeito às exigências do programa: educação, saúde, atendimento das necessidades básicas das crianças e preocupação com o futuro das mesmas.

O sentimento de maior responsabilidade está relacionado à obrigação que a mulher passa a ter em manter os filhos na escola para receber o benefício. Manter os filhos na escola significa muitas vezes uso de tempo demasiado para levar e buscar em locais distantes da moradia. Essa preocupação em acompanhar é motivada não só por questões de segurança pessoal da criança, mas também para garantir que essa vá e permaneça na escola.

Uma dificuldade relatada, no caso das crianças maiores, refere-se a conflitos no ambiente escolar, o que por vezes provoca a expulsão do(a) aluno(a). Há muitos relatos de situações nas quais esse(a) aluno(a) fica estigmatizado, não sendo aceito por nenhuma outra escola da região.

Outra questão remete ao acompanhamento escolar. Como constatamos, as mulheres, que em sua grande maioria mal concluíram o ensino fundamental, não têm condições de ajudar os filhos nas tarefas escolares. Esse problema seria perfeitamente resolvido com escolas em período integral, na qual a criança teria todo o apoio pedagógico necessário para resolver os assuntos escolares.

A condicionalidade referente à saúde também não é tão simples de ser atendida. Mais uma vez, conta-se com o tempo das mulheres para as idas e vindas e esperas aos serviços de saúde, além da necessidade de adequação aos horários de funcionamento desses serviços, que não atendem, na maioria dos casos, fora do horário comercial. Novamente constata-se como as políticas públicas de claro viés familista organizam sua rotina pressupondo uma “boa mãe” com total disponibilidade de tempo, e que sacrifica tudo em nome dos filhos.

O acesso à educação e ao trabalho é condição fundamental para possibilidades de ampliação da autonomia das mulheres, mas a responsabilidade com os cuidados das crianças, sem nenhum apoio da esfera pública e privada, obstaculizam esse acesso. Pudemos repetidamente comprovar isso quando indagamos as entrevistadas sobre os principais motivos para não complementarem os estudos, já que cerca de 40% delas estudaram apenas até a quarta série do ensino fundamental.

Na tabela 9 podemos verificar que o cuidado das crianças é o principal obstáculo para as realizarem trabalho remunerado. O mesmo tipo de resposta foi encontrado quando tratamos sobre os obstáculos para o retorno aos estudos.

Tabela 9: Motivos que impedem as respondentes de trabalhar – Londrina/PR e Uberlândia/MG

MOTIVOS	Londrina	Uberlândia
	%	%
Cuidar das crianças/casa	66,7	33,3
Falta de oferta de trabalho	3,7	9,5
Baixa escolaridade	–	4,8
Impedimento do marido/companheiro	3,7	4,8
Gravidez	7,4	4,8
Cont.		

Problemas de saúde	14,8	33,3
Idade	–	4,8
Outros (pouco tempo no bairro)	–	4,8
Outros motivos (familiares)	3,7	–
Total	100	100

Autonomia e titularidade do Programa Bolsa Família

Em relação à possibilidade de autonomia que a titularidade do cartão Bolsa Família pode propiciar, formulamos a seguinte questão aos grupos focais: o que as mulheres ganham de autonomia após a inclusão no PBF?

Todas relatam que têm autonomia para decidir sobre o uso do benefício, que, neste caso, marido/companheiro não interfere, e, como já relatado em outras pesquisas, o recurso é usado em gastos com melhoria das condições de alimentação, vestuário, lazer e material escolar dos filhos e melhorias para a casa: mobiliário, pequenas reformas, eletrodomésticos, etc.

Por exemplo... É um incentivo, sabe, ele é um incentivo porque, por exemplo, tem muitas mães, muitas famílias que dependem desse dinheiro pra várias coisas, principalmente pra um alimento, pra um medicamento, pra tantas outras coisas, certo? Mas ele é de autoajuda sim e acaba causando incentivo; uma mãe, puxa, olha, eu recebo tanto, se eu quiser tal coisa, dá pra eu fazer outra coisa melhor, entendeu, construir mais um cômodo, vamos dizer, sabe? Ver alguma melhoria ou comprar alguma coisa, assim, vamos dizer, pra casa que está precisando, uma cama pra uma criança, por exemplo, um guarda-roupa que está caindo a porta, eu consigo pagar; e com isso eu pago água e luz, eu faço a compra...

Ao falarem sobre isso, o fazem de forma positiva e valorizada, como algo que pertence ao domínio delas, algo relacionado ao exercício de poder, mesmo voltado para o consumo de necessidades essenciais. Araújo e Scalon (2005, p. 20) comentam que no aspecto ideológico, “é de se notar que o *status* público atual dos indivíduos tende a ser conferido também por seu lugar de consumidor, consumidor no mercado, em detrimento da referência ao cidadão”. A autora continua sua argumentação ponderando que:

Nesse cenário trabalhar ou não trabalhar significa, além da satisfação com a atividade exercida cotidianamente, dependendo do contexto socioeconômico, poder oferecer a si e a seus familiares condições materiais de sobrevivência mais ou menos satisfatórias, ter (ou acreditar que tem) alguma possibilidade de escolha no mercado de consumo que lhe confira um sentido de autonomia para escolher/comprar; e identificar seu lugar na satisfação dessas necessidades (ARAÚJO, 2005, p. 20).

Para as mulheres, segundo Araújo e Scalon (2005, p. 20), o significado de autonomia pode adquirir um duplo sentido: poder ter maior independência em relação a alguma figura de autoridade (pai, marido/companheiro) e poder se sentir incluída, mesmo como consumidora, para si e para os outros membros da família.

Como afirmam Araújo e Scalon (2005, p. 41), a dimensão econômica continua relevante para determinar o grau de autonomia nas relações homem/mulher. Como argumentam as autoras:

Ter dinheiro e controle sobre ele pode significar maior margem de manobra e poder de escolha quanto a manter ou romper uma relação conjugal, ou ainda poder desempenhar outro papel na dinâmica do consumo, o que embora questionável, confere significado de autonomia e inclusão num mundo orientado pelo mercado e pelo consumo.

Indagamos às mulheres o que mudou sobre as decisões que passaram a tomar com a inclusão no programa e que não tomavam antes. Prevaecem as decisões que são tomadas em torno do universo intrafamiliar: decisões sobre os filhos, compras/consumo para família, administrar o benefício, troca de casa, organização do tempo e da casa, venda do imóvel, afazeres domésticos, orientações, preocupação com o trabalho. Apenas cinco entrevistadas de Londrina, entre 51, referiram tomar decisões junto com o companheiro/marido, três passaram a tomar decisões após a separação conjugal e aquelas mulheres em situação de monoparentalidade tomam todas as decisões.

Perguntamos também quais decisões são tomadas pelo companheiro/marido quando há a presença deste na casa. As respostas a esta questão corroboram as informações anteriores, que as decisões intrafamiliares cabem, na maioria das vezes, às mulheres. Destacamos o comentário de uma das entrevistadas que disse que todas as decisões cabem ao marido/companheiro: “A gente sempre tem que obedecer ao marido, esse que é o problema”. Uma das beneficiárias destacou que não deixa o companheiro tomar as decisões porque está preso e não ajuda em casa.

Ainda no sentido de verificar o grau de autonomia percebido pelas beneficiárias, perguntamos se precisam pedir autorização a alguém antes de realizar as seguintes atividades: visitas domiciliares, sair com amigas(os), passear, ir à igreja, ir a bares e festas, estudar e trabalhar. Estudar, sair com amigos ou amigas, ir a bares, bailes e festas são atividades que as entrevistadas raramente realizam. As atividades mais realizadas pelas mulheres são as visitas domiciliares e idas à igreja. Pudemos constatar durante a entrevista que em função da condição de monoparentalidade/ausência de companheiro e marido é alto o número de respostas que informam que nunca pedem autorização para fazer qualquer das atividades mencionadas.

Podemos supor, neste caso, que este tipo de autonomia está mais relacionado à situação dos grupos domésticos monoparentais. Companheiros/maridos são as pessoas citadas nos casos em que se pede autorização.

Uma das beneficiárias relatou que o marido não a deixa estudar porque ela tem que ficar com as crianças, inclusive à noite, para que ele possa sair, por exemplo, para ir à academia de esportes. Outra destacou que o casal sai junto ou não sai e outra, ainda, relatou que sai de casa escondida.

Houve relatos também que mostram a absoluta autoridade dos maridos sobre as mulheres, como no caso de uma entrevistada que, quando indagada sobre o que gostaria de fazer e não podia, respondeu que seria cortar o cabelo e tirar as sobrancelhas.

Os limites de autonomia são marcados por posturas machistas dos companheiros/maridos. Como elas mesmas relatam, a autonomia existente está restrita à execução das tarefas domésticas.

Considerações finais

Os programas de transferência direta de renda representaram uma inovação em relação aos modelos anteriores dos programas de combate à pobreza. A inovação destaca-se, sobretudo, quanto à substituição dos benefícios como as cestas básicas de alimento pela transferência monetária. As vantagens desta nova estratégia são amplamente reconhecidas, ainda que não obtenham consenso a

respeito. Todavia, algumas características comuns que se apresentam no modelo dos programas de transferência direta de renda, segundo as experiências no Brasil e na América Latina, indicam também formas de continuísmos.

Lavinas e Cobo (2010) destacam como pontos comuns dessas políticas na região, o estabelecimento de condicionalidades às famílias e a preferência de que a transferência do benefício ocorra em nome de uma mulher. Ao lado destes traços, notamos outros mais, como, por exemplo, a focalização da política e a definição de que o benefício é familiar e não individual. Logo, ações como o Programa Bolsa Família – o maior programa brasileiro de transferência direta de renda em termos de população beneficiária – apresentam simultaneamente tanto inovações quanto continuidades.

A comparação e junção entre as experiências em Londrina e Uberlândia nos fornecem elementos para o entendimento sobre as relações tensas derivadas das necessidades geradas às mulheres para a conciliação entre a esfera dos cuidados intrafamiliares e o trabalho remunerado. Este é o ponto mais central no interior do debate a respeito da autonomia feminina e sua relação com as políticas públicas, e em torno do qual temos insistido em nossas pesquisas.

As mulheres titulares do PBF por nós entrevistadas relacionam trabalho com as noções de autonomia e de poder. Na esteira da centralidade do trabalho indicada por elas surgem as intersecções com a precariedade dos serviços públicos dirigidos às tarefas reprodutivas, com destaque para os serviços de atenção à infância, sendo os equipamentos de educação infantil o exemplo paradigmático. As condicionalidades do PBF produzem um aumento de responsabilidades para as titulares do benefício e não incluem em suas estratégias a oferta de serviços públicos para tarefas reprodutivas básicas, que tanto interferem no cotidiano das mulheres e no direito de proteção à infância. Se os centros de educação infantil figurassem entre os direitos das crianças inseridas no PBF, encontraríamos mais elementos para mudanças nas condições de autonomia das mulheres titulares do benefício.

Além das questões econômicas relacionadas ao trabalho – central para as entrevistadas –, elas também demonstram o entendimento de que “liberdade” e “autonomia” são noções com implicações culturais. A alta frequência de relatos das mulheres sobre impedimentos postos pelos maridos ou companheiros, assim como o medo alimentado em relação à violência masculina no âmbito doméstico, ilustram as interdependências indissociáveis entre o público e o privado. Também nos deixam cétricas com relação às teses que defendem haver, no âmbito doméstico, um processo de mudança nas relações de poder baseadas no gênero.

Portanto, partindo da própria perspectiva das mulheres titulares do Programa Bolsa Família, a autonomia feminina figura ainda como uma utopia para esse universo de mulheres em situação de pobreza ou extrema pobreza, premidas tanto pelo sistema econômico quanto pela ordem de gênero hegemônica. Estes são desafios que precisam ser atacados pelas ações estatais.

Referências

- AGUIRRE, Rosário. Uso del tiempo y desigualdades de gênero en el trabajo no remunerado. In: AGUIRRE, Rosario (Ed.). *Las bases invisibles del bienestar social: el trabajo no remunerado em Uruguay*. Uruguay, UNIFEM, Doble Clic, mar. 2009. p. 23-81.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e mulheres sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005. p. 15-77.
- BATTHYÁNY, Karina. Cuidado de personas dependientes y gênero. In: AGUIRRE, Rosario (Ed.). *Las bases invisibles del bienestar social: el trabajo no remunerado em Uruguay*. Uruguay, UNIFEM, Doble Clic, mar. 2009. p. 87-121.
- CARLOTO, Cássia M.; SILVANO, Mariana A. A família e o foco nas mulheres na política de assistência social. *Sociedade em Debate*, Universidade Católica de Pelotas, v. 14, n. 2, jul./dez. 2008, p. 153-168.
- CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *A produção do viver*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista – SOF, 2003. p. 11-49.

- LAVINAS, Lena; COBO, Barbara. Bolsa-Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres e as relações de gênero. CONGRESSO DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA, 13., 2010. BIEN, São Paulo, 2010. (mimeo). 27 p.
- LABOISSIÈRE, Paula. Combate à pobreza não melhora condições de vida entre mulheres latino-americanas, apontam estudos. Universidade Livre Feminista, 4 dez. 2012. Disponível em: www.feminismo.org. Acesso em: 09 nov. 2011.
- LEON, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. *Revista Estudos Feministas*, CFH-CCE-UFSC. v. 8, n. 2, p. 279-281, 2000.
- MARIANO, Silvana Aparecida. Traduções político-culturais de gênero na política de assistência social: paradoxos e potencialidades para o empoderamento das mulheres no Programa Bolsa Família. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 1, p. 155-187, 2008.
- MOSER, C. A theory and methodology of Gender Planning: Meeting Practical and Strategi gender needs. *Gender and Planning Working Papers*, London, Developement Planning Unit. University College London, n. 11, 1986.
- OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. *Monitoramento e avaliação do empoderamento* ("empowerment"). Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.
- SOMMA, L. S. Pobreza y desigualdades de gênero. In: AGUIRRE, R. (Ed.). *Las bases invisibles del bienestar social: el trabajo no remunerado en Uruguay*. Uruguay, UNIFEM, Doble Clic, mar. 2009. p. 125-152.